

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**APOIO INSTITUCIONAL / IMUNIZAÇÕES / MACRORREGIÃO METROPOLITANA**  
**CONTRATO PESSOA FÍSICA – OPAS**

**1. Antecedentes**

A Constituição Federal de 1988 e a LOAS- Lei Orgânica de Saúde, constituem referências aos processos de implantação do Sistema Único – SUS em todo o País e dispõem de modo significativo sobre a prevenção em saúde, a partir de princípios norteadores das práticas preconizadas pelas políticas públicas.

O Programa Nacional de Imunizações - PNI caracteriza-se como protagonista no controle de doenças como a Difteria, Coqueluche, Tétano Acidental, Hepatite B, Meningites, Febre Amarela, formas graves da Tuberculose, Sarampo e Caxumba; na manutenção da eliminação da Poliomielite e Rubéola, bem como na erradicação da Varíola. O PNI é, hoje, parte integrante do Programa da Organização Mundial de Saúde, com o apoio técnico, operacional e financeiro da UNICEF e contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ao longo do tempo a atuação do PNI, ao consolidar-se como uma estratégia de âmbito nacional, apresentou na sua missão institucional consideráveis avanços, atualmente, oferece 44 imunobiológicos, entre vacinas, soros e imunoglobulinas.

Como protagonista de sua história a Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul propõe um novo método de exercício da gestão Programa Estadual de Imunizações, superando formas tradicionais de se estabelecer relações e de exercitar as funções gerenciais. A proposta é de um novo modelo de gestão, pautado pelo modo interativo e no princípio de que a gerência/gestão acontece em uma relação entre sujeitos:

- ✓ Pensar o acompanhamento, a coordenação e a condução (apoio) dos serviços e equipes como uma forma de propiciar relações construtivas entre esses sujeitos com saberes e poderes compartilhados.
- ✓ Pressupor a inserção dos sujeitos incorporando suas diferentes experiências e desejos.
- ✓ Mobilizar para a construção de espaços coletivos, de trocas e aprendizagens contínuas, provocando o aumento da capacidade de analisar e intervir nos processos.

Com este método de gestão, evitam-se formas burocratizadas de trabalho, levando ao enriquecimento subjetivo e social dos trabalhadores e usuários.

## **2. Justificativa**

A imunização consistiu uma das intervenções de saúde públicas mais seguras, econômicas e efetivas para prevenir mortes e melhorar a qualidade de vida, especialmente de populações vulneráveis. Apesar deste fato, observa-se, nos últimos anos, uma contínua diminuição nas coberturas vacinais em todo o mundo.

O Brasil é pioneiro na incorporação de diversas vacinas no calendário do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um dos poucos países no mundo que ofertam de maneira universal um rol extenso e abrangente de imunobiológicos. Embora o acesso às vacinas seja de forma gratuita, a diminuição na busca pelos imunobiológicos também é observada, as coberturas vacinais estão decrescendo atingindo índices abaixo da meta estabelecida para cada vacina.

O cenário acima descrito, observado em âmbito nacional, também se repete no Rio Grande do Sul, com especial preocupação com a população infantil. Este fato preocupa, em especial, pela possibilidade de aumento na mortalidade infantil, visto que crianças não vacinadas estão suscetíveis à maior morbimortalidade.

Na busca de identificar e atuar sob os fatores associados à baixa cobertura vacinal no Estado, a Secretaria Estadual da Saúde propõem a institucionalização da *Função Apoio*, que conduzirá as trocas de experiências para a realização de boas práticas, respeitando e potencializando as peculiaridades de cada território.

O Estado do Rio Grande do Sul e a OPAS/OMS, alinhados em termos estratégicos, objetivos e resultados, ao efetivarem esta cooperação técnica, possibilitam a qualificação de uma ação de prevenção altamente efetiva, no que se refere o controle de doenças imunopreveníveis.

Para o alcance dos objetivos, abaixo descritos, serão contratados prestadores de serviço que atuarão no território gaúcho, em macrorregiões estabelecidas com alto risco de vulnerabilidade para alcance das coberturas vacinais, de acordo com estudo prévio realizado pela Secretaria Estadual de Saúde.

## **3. Objeto:**

- a) Qualificar o processo de trabalho desenvolvido pelos Programas Municipais de Imunizações através de supervisão e apoio técnico às salas de vacinais;
- b) Qualificar o processo de imunização do recém-nato, através da padronização das ações de vacinação em ambiente hospitalar, corroborando, desta forma, para o alcance das coberturas vacinais preconizadas para esta faixa etária;
- c) Promover a integração entre o Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde - DAPPS e a Vigilância em Saúde, para recuperação das coberturas vacinais;

- d) Desenvolver mecanismos de informação sobre vacinação segura, direcionados aos trabalhadores das salas de vacinas;
- e) Sensibilizar os gestores para priorizarem a vacinação nos seus municípios.

#### **4. Descrição dos Serviços:**

1º Produto: Documento técnico contendo “*Diagnóstico Situacional da Vacinação em Ambiente Hospitalar, nos municípios da Macrorregião Metropolitana*”, descrevendo dificuldades e propondo ações para o resgate da cobertura vacinal, contra Hepatite B e BCG, em recém-natos.

2º Produto: Documento técnico contendo relatório de “*Um ano de Apoio Institucional: Avanços e novas perspectivas para os Programas Municipais de Imunização da Macrorregião Metropolitana*”, com fotografias e relatos referenciados.

3º Produto: Documento técnico contendo o planejamento do “*Seminário sobre Vacinação Segura: Orientações para apoiar os trabalhadores da saúde que atuam em salas de vacina*” a ser ofertado aos municípios da Macrorregião Metropolitana.

#### **5. Metodologia:**

Contratação de um (1) prestador de serviço para atuação na Macrorregião Metropolitana de Saúde, que apresenta maior risco para alcance de coberturas vacinais, conforme análise de vulnerabilidade realizada pela Secretaria estadual de Saúde / RS.

#### **6. Requisitos**

##### **Exigidos:**

- Pessoa física com graduação de nível superior na área da saúde.
- Experiência mínima comprovada de dois anos em Saúde Pública.
- Outros:
  - Disponibilidade para viagens.
  - Disponibilidade para trabalho em Porto Alegre.

**Desejável:**

-Pós-Graduação (Especialização e ou Mestrado ou Doutorado ou Residência) em pelo menos uma das áreas: Saúde Pública, Saúde Coletiva, Atenção Primária em Saúde.

- Residência em Vigilância em Saúde.

-Experiência comprovada de, no mínimo, um ano em imunizações e/ou Atenção Primária em Saúde

**7. Vigência do Contrato:** janeiro até 30 de junho de 2024

**8. Valor estimado:** R\$ 31.800,00

**9. Forma de Pagamento:**

DATA	VALOR EM REAIS	SERVIÇO
R\$ 5.300,00	02/2024	<u>1ª Produto:</u> Documento técnico contendo “ <i>Diagnóstico Situacional da Vacinação em Ambiente Hospitalar, nos municípios da Macrorregião Metropolitana</i> ”, descrevendo dificuldades e propondo ações para o resgate da cobertura vacinal, contra Hepatite B e BCG, em recém-natos.
R\$ 10.500,00	04/2024	<u>2ª Produto:</u> Documento técnico contendo relatório de “ <i>Um ano de Apoio Institucional: Avanços e novas perspectivas para os Programas Municipais de Imunização da Macrorregião Metropolitana</i> ”, com fotografias e relatos referenciados.
R\$ 16.000,00	06/2024	<u>3ª Produto:</u> Documento técnico contendo o planejamento do “ <i>Seminário sobre Vacinação Segura: Orientações para apoiar os trabalhadores da saúde que atuam em salas de vacina</i> ” a ser ofertado aos municípios da Macrorregião Metropolitana.